

GT18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas – Trabalho 840

## PROJOVEM URBANO NO LESTE METROPOLITANO FLUMINENSE: UMA CARTOGRAFIA DA SUA RELAÇÃO NO ESPAÇO SOCIAL

Marcia Soares de Alvarenga – UERJ/FFP

Agência Financiadora: CNPq

### Resumo

O texto é fruto de pesquisa que teve por objetivo analisar o ProJovem Urbano (PJU), com vistas à sua inserção nas relações entre escolarização e emprego no recorte do espaço social estudado. A abordagem metodológica da pesquisa envolveu a elaboração de uma cartografia sobre as demandas de setores empresariais, tendo como fontes de pesquisa anúncios de jornal de circulação regional sobre oferta de empregos com ênfase na população etária do PJU. As análises consideraram as relações pesquisadas nos espaços de ocorrência, de concentração e de perfil da atividade produtiva que contemplaram aos objetivos da política pública em referência. Concluímos o texto argumentando que o caso do PJU reflete e refrata nexos entre escolarização e oferta de emprego, tendo este Programa limites para superar a dinâmica das relações de produção no espaço social de periferias urbanas em que jovens e jovens e adultos jovens produzem a vida.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos; ProJovem Urbano; Cartografia; Espaço Social

### Introdução

No presente trabalho procedemos a um movimento de análise de um programa governamental, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária em sua vertente de contextos urbanos, o ProJovem Urbano (PJU)<sup>1</sup>, que desde à época de sua criação tem por principal objetivo elevar a escolaridade de jovens que não concluíram a educação fundamental, combinando, pela via da escolarização, a inserção de jovens de origem popular nas relações de trabalho nos municípios em que governos locais aderiram a este programa.

Em nossas análises, recorreremos às perspectivas críticas com as quais interrogamos a realidade compreendida como concreticidade ao buscarmos enlaçar educação e formação para o trabalho de jovens das classes populares. Do ponto de vista

---

<sup>1</sup> O Programa ProJovem Urbano foi criado pela Lei no 11.129, de 30 de junho de 2005.

teórico-metodológico, entendemos que pensar sobre a realidade concreta nos possibilitou realizar a cartografia das demandas exercidas pelo setor empresarial, e recorreremos, como fonte de pesquisa, aos anúncios de emprego extraídos de jornal de grande circulação na região em que o estudo foi realizado no período compreendido entre os anos de 2010 e 2011.

Através do levantamento e sistematização destas fontes, construímos uma cartografia a partir da análise da economia política sobre a territorialidade da “oferta” laboral para jovens e adultos jovens do Programa. Na produção da pesquisa, realizamos leituras sobre os espaços sociais de ocorrência, de concentração, de dispersão e de tipo de trabalho em um município com maiores índices de desigualdades sociais no estado do Rio de Janeiro. Concluímos que existem limites para promover, a um só turno, escolarização e formação profissional capaz de superar esta dinâmica, configurando como corrobora a literatura do campo da EJA, como um programa de a romper a lógica estrutural da subordinação e precarização do trabalho de jovens de origem popular que vivem em contextos de periferias urbanas.

### **A relação entre escolarização e trabalho para jovens de origem popular em sua relação com o espaço social**

Avaliações sobre políticas que combinam escolarização, qualificação para o trabalho e inclusão social são desafiadoras de ampliá-las em escalas maiores. Pois, como nos afirma Di Pierro (*apud* ANDRADE, ESTEVES e OLIVEIRA, 2012, p 87), em um país como o Brasil, “é sempre arriscado fazer generalizações, pois estratégias bem-sucedidas ou adequadas em um determinado contexto podem ser inviáveis ou inapropriadas em outros”, dando-nos a senha de que é possível dialogar a partir de perspectivas distintas sobre um mesmo objeto de estudo.

Nesse aspecto, é importante colocarmos EJA na quadra dos movimentos políticos e sociais em sua relação com a variante econômica operada estrutural e dinâmica do capitalismo no Brasil. A partir desta inalienável relação, entendemos que a EJA, como fenômeno educativo, se insere de forma “ampla e sistêmica (...) necessariamente considerada como parte integrante da história da educação em nosso país, como uma das arenas importantes onde vêm se empreendendo esforços para a

democratização do acesso ao conhecimento”. (Di PIERRO, JOIA e RIBEIRO, 2001, p. 58-59).

Compreendemos que o olhar e o conhecimento sobre um objeto da realidade, na perspectiva do materialismo histórico dialético delineado por não isolam ou posicionam apartados o sujeito e o objeto da realidade a ser investigada, como também não ignora os conflitos produzidos por estes que dentro dela interagem, se refletem e se refratam. Como nos inspira o método delineado por Marx ((2011, p. 54), “O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese”.

Como realidade em movimento, podemos apreender vários aspectos que nos ajudaram a enriquecer e ampliar o conhecimento sobre ela. Assim, ao nos inclinarmos sobre o PJU em um município do leste metropolitano fluminense, compreendemos como parte do fenômeno educativo, com o qual tentamos movimentar o concreto pensado, submetido à análise da economia política e sua relação com o espaço social, sendo este compreendido junto a Lefebvre (1973, p. 17) ao afirmar ser, o espaço social, o “lugar da reprodução das relações de produção, (que se sobrepõe à reprodução dos meios de produção)”.

Em relação ao PJU, ressaltamos a densidade de sua análise realizada pelo Núcleo Educação de Jovens e Adultos que em torno do projeto “Educação de Jovens e Adultos: insumos, processos e resultados”, identificou que, muito embora, a pesquisa concluída tenha detectado avaliação positiva sobre este programa, também procedeu ao registro de

um grande número de críticas, quase sempre relativas às condições de implementação do programa: problemas que afetam de forma mais ou menos acentuada o conjunto dos jovens dos estratos de mais baixa renda, mas que parecem tornar-se mais agudos no caso do atendimento de jovens em situação de maior vulnerabilidade, pois os poucos equipamentos existentes lhes são muitas vezes negados. (AÇÃO EDUCATIVA, 2013, P. 26).

A partir das dificuldades elencadas, inserimos a problematização do PJU, contextualizando-o, a partir de uma perspectiva que o interpela no diálogo com a cidade de São Gonçalo. Cidade esta localizada na região do leste metropolitano do estado do Rio de Janeiro, este município possui 999.828 habitantes (IBGE, 2010) e exhibe

profundas marcas do modelo de desenvolvimento desigual que materializam efeitos próprios da combinação entre o arcaico e o moderno, produzindo “uma estranha combinação”, no dizer de Florestan Fernandes (1975), ao gerar componentes históricos imprevisíveis na produção de desigualdades inerentes, não apenas a um determinado espaço-regional, mas como forma pela qual a sociedade brasileira foi historicamente estruturada.

Nesse município, a realidade social e educacional é interrogada e nos desafia à produção do conhecimento e da ação na realidade social. Assim, se por um lado os dramáticos índices de exclusão social, desfiliação da população da esfera dos direitos, além da própria precarização do acesso e permanência na rede escolar, tanto para os estudantes, quanto para os professores, representam uma interpelação radical às pesquisas que vimos realizando; por outro lado, um olhar compreensivo sobre esta realidade confirma que o capitalismo realizou o seu projeto de expansão da “acumulação primitiva”, no dizer de Marx (2002), submetendo a força de trabalho de grandes contingentes de jovens e adultos de origem popular às relações de produção capitalistas do trabalho assalariado.

Sendo um lugar formado pelas contradições próprias de um modelo de desenvolvimento desigual, os dados relativos à situação educacional de São Gonçalo materializam o projeto histórico deste modelo e seus efeitos sobre os direitos de cidadania, entre eles, o direito à educação. Em relação ao acesso à escolarização os indicadores revelam que dentre os habitantes do município, cerca de 208.022, encontram-se em idade escolar (04 a 17 anos de idade /IBGE, 2010), representando 20,8% da população total do município. O município exibiu uma taxa impactante de 5,8% de analfabetismo (IBGE, MEC/INEP, 2010), com uma população composta por 342.452 de pessoas dentro da faixa etária com mais de 15 anos de idade, cujas trajetórias escolares foram interrompidas ou jamais foram iniciadas, subtraídas do direito à educação como um direito à formação humana.

Contraditoriamente, a forte e contínua densidade demográfica e intenso fluxo econômico deste município<sup>2</sup> não têm refletido em melhorias da qualidade de vida e educação para as suas populações.

---

<sup>2</sup> São Gonçalo ocupa a 6ª economia, dentre os municípios do Estado do Rio de Janeiro. (IBGE/Cidades, 2004, 2008).

Cabe ressaltar que o grau de escolaridade de jovens à época em que fora implantado o Projovem Urbano expressava percentuais muito baixos e de realidade de escolarização complexa. Isto porque dos 22,5% dentre os jovens que se denominaram estudantes, não nos foi possível identificar e dispor de indicadores referentes às séries concluídas, seja no Ensino Fundamental, seja no Ensino Médio.

Partindo do pressuposto de que estes jovens não haviam concluído o ensino fundamental, esse contingente de 22,5% expressa um reduzido perfil de escolarização que poderia explicar a adesão do município de São Gonçalo/RJ ao PJU, levando em consideração que um dos objetivos do programa seria a elevação de escolaridade nesta etapa da educação básica e articulada à oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Já a relação existente entre participação no mercado de trabalho e o grau de escolaridade para os jovens desta faixa etária, ou seja, a condição de trabalhadores com ou sem trabalho formal, segundo o nível de instrução, destacava-se no Censo de 2000 em um significativo contingente de pessoas jovens e adultas inseridas no mercado de trabalho com o ensino fundamental incompleto.

Há uma década, dados censitários indicavam que 23% de jovens trabalhadores com baixo perfil de escolaridade, em comparação com a percentagem de 9,95% para aqueles que estavam estudando, justificaria a necessidade deste grupo social retornar aos estudos, diante da expectativa de serem considerados “válidos” para o mercado de trabalho, após receberem certificados de escolarização relativa a esta etapa de ensino da Educação Básica.

Essas informações sobre a situação dos de jovens e adultos jovens da cidade envolvem tanto a problemática da escolarização quanto à dificuldade de inserção profissional deste segmento social gonçalense, o que pode ocorrer em nível nacional. Feitas as referências do arcabouço teórico-metodológico da pesquisa e do objeto pelo qual o pensamento se movimenta a partir do concreto, apresentamos, em seguida, leituras compreensivas que envolvem o Projovem Urbano como programa que, em sua dupla dimensão organizativa, intenta promover educação fundamental para a inserção de jovens pobres da classe trabalhadora na economia política da região como parte da totalidade.

### **Projovem Urbano: Escolarização e qualificação profissional em uma cartografia no espaço social**

Embora, em sua origem o PJU tenha o caráter iminente de erradicar a extrema pobreza e a fome, ele pode ser caracterizado pela sua abrangência e inter-institucionalidade, no que diz respeito a participação dos diversos Ministérios da União, (Educação, Trabalho e Desenvolvimento Social) bem como no inter-relacionamento com governos municipais.

Há que se ressaltar que o PJU não nasce de uma Política Social (PS) voltada prioritariamente para o atendimento educacional de jovens trabalhadores para universalização da educação fundamental, tendo em vista que a efetivação do programa advém com características mais próximas das ações do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

É nesse contexto e para estes sujeitos que o PJU se efetiva como uma das ações que envolveram a reestruturação dos programas sociais, marcado pela focalização, que significa “o direcionamento do gasto social a programas e a públicos-alvo específicos, seletivamente escolhidos pela sua maior necessidade e urgência”. (DRAIBE, 1993 p. 97).

Na esteira das análises que envolvem as desigualdades sociais aprofundadas pelos ajustes neoliberais, estudos de Pochmam (2001) indicavam que foram os jovens e os trabalhadores poucos escolarizados os mais afetados pelo desemprego provocado pela reestruturação produtiva e pela estrutura político-econômica. A opção macroeconômica de intensificação do chamado “ajuste”<sup>3</sup> neoliberal acirrou problemas já existentes referentes ao aumento das taxas de desemprego, a redução combinada com a desregulação social do trabalho.

Para amenizar os impactos do ajuste econômico no cardápio das desigualdades, a ponto de estes acirrem conflitos que poderiam colocar em risco o processo de governabilidade dos países recém-saídos de transições para a democracia, os organismos internacionais, sob a regência do Banco Mundial, definiram em suas agendas medidas focalizadas para a gestão de políticas de combate à pobreza, em nome da governabilidade.

---

<sup>3</sup> Para Leher (1998), o “ajuste” é justificado como meio de fazer o mercado funcionar de forma competitiva e eficiente. Para tanto, é preciso que o Estado reduza os gastos públicos e os custos dos programas sociais, promova reformas institucionais como, por exemplo, as reformas jurídicas, desfigurando direitos sociais, trabalhistas, sindicais, entre outros que possam criar obstáculos à ação livre e reguladora do mercado.

As políticas sociais de focalização da pobreza, também, creditavam à fórmula da elevação aligeirada da escolarização como enfrentamento da exclusão social de jovens pobres. O PJU se insere como programa com vistas à certificação de conclusão do ensino fundamental e de formação inicial para o trabalho, com término previsto em 18 meses.

Esse “aligeirado” percurso formativo inicial foi organizado em seis etapas, com duração de três meses. Cada etapa foi marcada pela utilização das unidades formativas que compõem o material didático do PJU, denominadas, respectivamente: **Juventude e Cultura, Juventude e Cidade, Juventude e Trabalho, Juventude e Comunicação, Juventude e Tecnologia**, e a última, **Juventude e Cidadania**. (BRASIL, 2010).

Em relação à qualificação profissional, este documento orienta que “os Estados e municípios parceiros, a partir das observações da realidade de suas localidades, podem optar pela oferta de dois a cinco Arcos Ocupacionais”. (BRASIL, 2010, p. 35). Consoante a esta orientação, o município de São Gonçalo escolheu quatro arcos para formação inicial para o trabalho dos jovens pobres; sendo estes Arcos: **Alimentação, Construção de Reparos I, Telemática e Vestuário**.

A justificativa dada pela Coordenação Municipal do ProJovem para a escolha dos arcos se deve à afinidade das ocupações com a chamada “vocação” econômica do município, ou seja, atividades econômicas que mais absorveriam trabalhadores e que precisam de profissionais com algum nível de escolarização.

Em conformidade com esta “vocação” econômica do município, o arco de Alimentação serviria para suprir os bares, restaurantes e o comércio ambulante de alimentos; o de Vestuário para o atendimento das lojas de roupas; o de Construção de Reparos em consequência do crescimento imobiliário de São Gonçalo; e a Telemática pela possibilidade de os alunos trabalharem no setor de telemarketing. Ressaltamos que as atividades econômicas de São Gonçalo se inserem no setor produtivo de serviços, sendo este setor considerado o que menos agrega conhecimentos para as atividades demandadas, quando consideramos a sua relação com a escolarização básica.

Tendo como objeto de pesquisa o PJU em São Gonçalo, analisamos as possibilidades de este programa em formar trabalhadores conferindo as condições de empregabilidade conforme os arcos ocupacionais adotados por este município de São Gonçalo/RJ. Essa análise se baseia no levantamento das vagas de emprego dentro do

município, tendo como fonte de pesquisa os classificados do jornal “O Fluminense”<sup>44</sup>, jornal de maior circulação nos municípios do leste fluminense, entre eles, São Gonçalo, Niterói Itaboraí ao cotejarmos os dados extraídos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

Os anúncios de empregos do jornal foram coletados durante um ano, no período de novembro de 2010 a novembro de 2011. Já os dados oficiais de admissão e de desligamento de trabalhadores disponibilizados pelo CAGED constam de novembro de 2010 a outubro de 2011. As informações do CAGED e do jornal O Fluminense são necessárias para subsidiar a compreensão acerca da qualificação profissional pretendida pelo PJU, ou seja, se os arcos ocupacionais adotados na e pela cidade auxiliariam nas condições de inserção ou reinserção laboral de jovens egressos do programa.

Nesse sentido, o município de São Gonçalo/RJ “optou”, como dissemos anteriormente, por quatro arcos são eles: Alimentação, Construção e Reparos I, Telemática e Vestuário, ocupando respectivamente no *ranking* nacional os 4º, 8º, 1º e 9º lugares como os arcos mais escolhidos, entre o período de setembro/2008 a maio/2010. (BRASIL, 2010).

A partir do levantamento dos anúncios no período analisado, realizamos a seguinte categorização: a) perfil de trabalhador pretendido pelos empregadores; o local das vagas, os bairros onde estavam dispostos estes postos de trabalho; a remuneração e benefícios indicavam o que os empregadores estavam dispostos a pagar tais como: salário, transporte, refeição, plano de saúde, entre outros, pela compra da força de trabalho de seus futuros empregados; provável lócus de trabalho do empregado ou endereço da empresa contratante da mão-de-obra.

Ao longo de um ano foi possível levantar 1202 anúncios de emprego, tendo sido estes mapeados de acordo com a categorização referida no jornal. Os mapas foram elaborados com o recurso do geoprocessamento, sendo confeccionados 8 (oito)<sup>5</sup> mapas que demonstravam a relação entre a concentração de vagas e as respectivas alocações destas por bairros no município. Esclarecemos que no processo de organização dos mapas alguns detalhes foram percebidos a partir da confrontação dos dados da pesquisa; por exemplo, em muitos anúncios de empregos não havia as especificações dos bairros, considerando a cidade como um todo.

---

<sup>4</sup> “O Fluminense”, embora o exemplar seja publicado aos domingos, a validade do jornal continua sendo de dois dias, o que, no caso da pesquisa, facilitou a aquisição do mesmo às segundas-feiras quando não havia possibilidade de obtê-los aos domingos.

<sup>5</sup> No entanto, para fins do presente texto, optamos por apresentar a análise de 6 (seis) mapas.

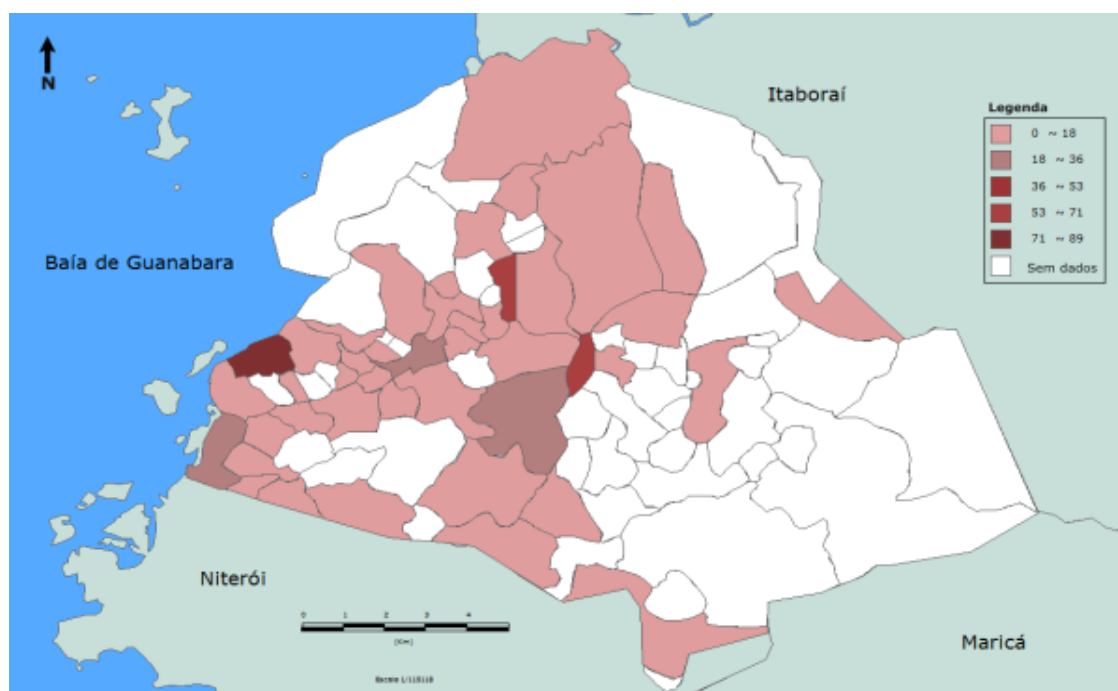


Esclarecidas as observações e os procedimentos adotados, o primeiro mapa confeccionado foi o de comércio (Figura 01) que se refere à prestação de serviços. Os anúncios de emprego indicavam a existência de 731 postos de trabalho, dentre este número 174 se localizavam no município, sem que houvesse a definição dos bairros. Por outro lado, dos bairros citados, os bairros de Gradim, Nova Cidade e Alcântara foram os responsáveis por obter os maiores quantitativos de vagas, sendo respectivamente, 89, 66, 61 vagas, conforme observado na Figura 01.

As vinte e cinco funções no comércio que mais demandaram mão-de-obra foram as de manicure, vendedora, operador telemarketing, cabelereira, corretor imóveis, motorista, mecânico, cozinheiro, atendente, caixa, açougueiro, auxiliar técnico em telefonia, garçoneiro, repositor, copeiro, operador de caixa, *pizzaiolo*, peixeiro, pesquisador, frentista, motoqueiro, costureira, padeiro, recepcionista e deposita.

Para 40% dos cargos mencionados não eram exigidos experiência comprovada do trabalhador; 30% revelavam contratar somente os profissionais com prática; 5% das vagas eram para pessoas com ou sem experiência e as 25% finais requisitavam que os candidatos, por exemplo, fossem dinâmicos, com clientela própria, proprietário de veículo e com devida carteira de habilitação, entre outros. Em contrapartida, 45% das vagas não indicavam qualquer tipo de relação de trabalho (formal ou informal), do valor dos salários, das formas de pagamento (comissionado ou por produção), da carga horária semanal de trabalho. Já nas demais vagas havia forte indício de que as atividades se tratavam de trabalhos informais, devido à explicitação de como os empregados seriam remunerados, ou através de comissão ou por ganhos atrelados somente à produtividade.

**Figura 01** – Distribuição de vagas de empregos no comércio - seção D010

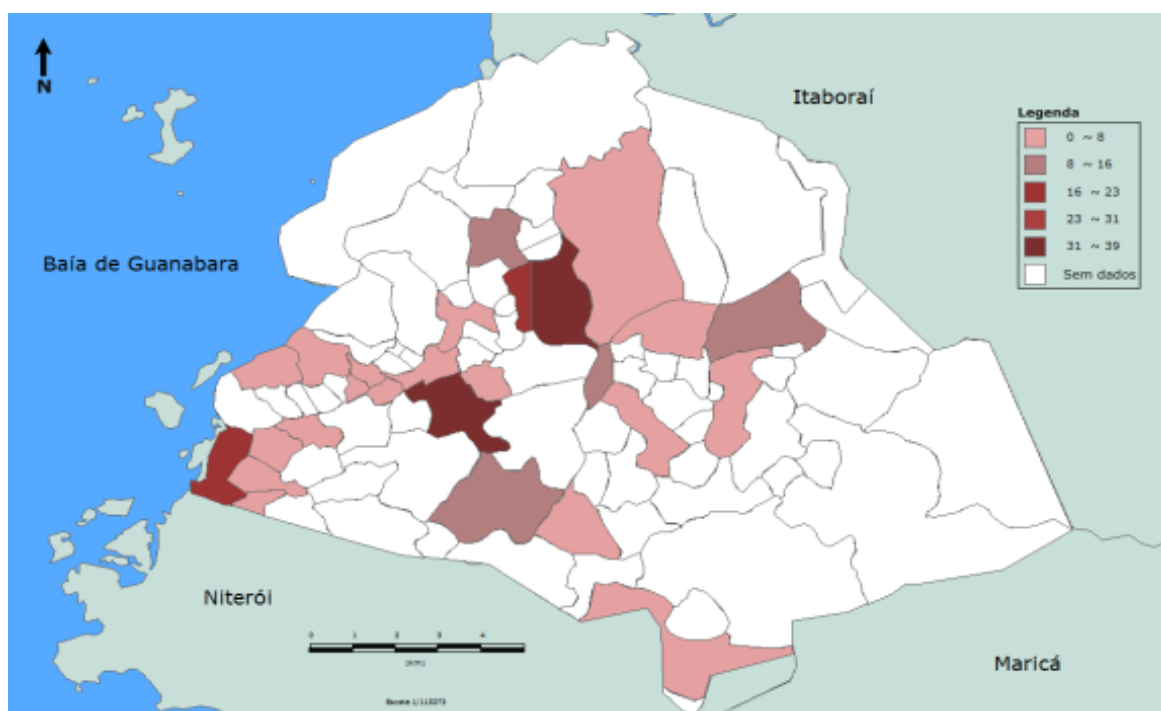


A seção dos classificados para confecção de roupas ficou em segundo lugar, com 286 postos de trabalho, entre elas 66 vagas estavam situadas em São Gonçalo, como exposto anteriormente, sem demarcação dos bairros. As demais vagas estavam distribuídas nos bairros Rocha, Trindade, Neves, Nova Cidade, Itaúna, Tribobó e Alcântara (Figura 3), sequencialmente com os valores de 39, 39, 22, 21, 13, 11 e 10.

Enquanto 35% dos anúncios demandavam comprovação em carteira assinada, 27% não exigiam essa comprovação. Já 38% requeriam, além de experiência, que os candidatos morassem próximo ao local de trabalho ou desempenhassem função adicional, por exemplo, o overloquista que, também, precisava ser retista.

É relevante destacarmos que os anúncios referentes às atividades de serviços não fizeram menção ao nível de escolarização dos possíveis pretendentes, o que demonstra que a maior parte dos postos de trabalhos, representados pela Figura 02, com possibilidades de maior inserção no mercado de trabalho do público-alvo do programa não explicitou, ao menos nos anúncios coletados, a comprovação de escolarização, mas, especialmente, experiência para a atividade demandada.

**Figura 02** – Distribuição do número de vagas de empregos na confecção de roupas - seção D016

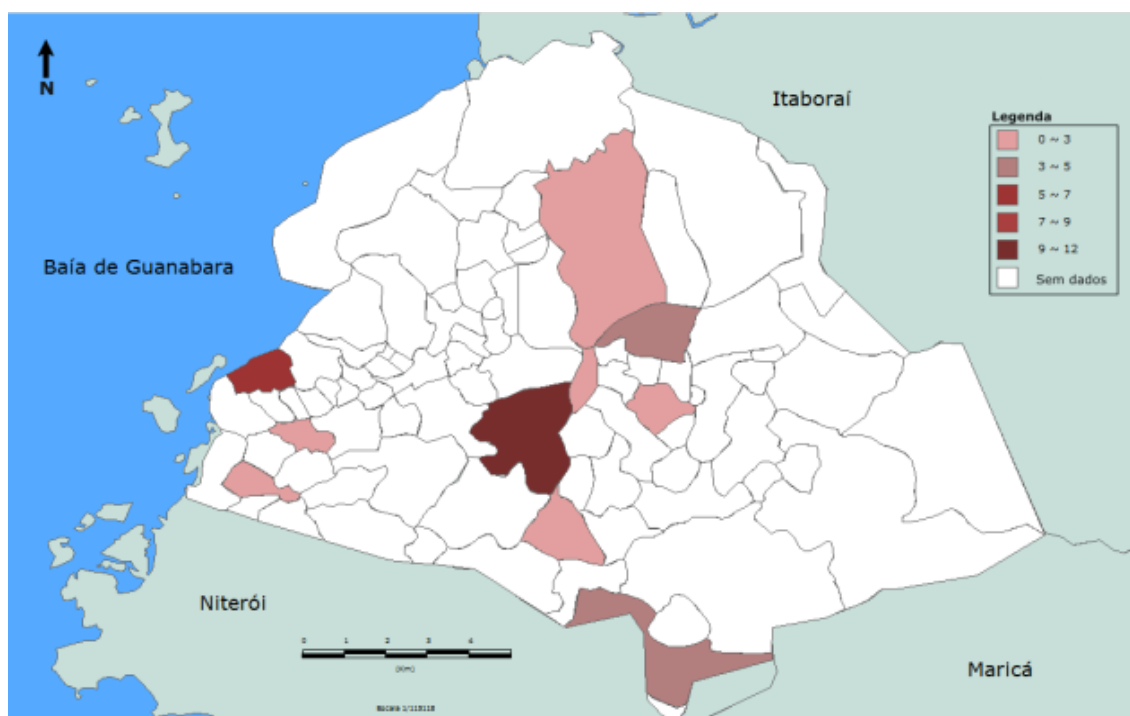


A Figura 03 indica a centralização de vagas na construção civil, o quantitativo geral foi de 40% de vagas distribuídas majoritariamente nos bairros de Colubandê, Gradim, Rio de Ouro, Laranjal e Alcântara, cada qual, simultaneamente, com 12, 6, 5, 4 e 3 oportunidades de empregos para os gonçalenses.

Por sua vez, o bairro Rio do Ouro sofreu o processo de ocupação a partir da instalação de vias e ferrovias que cortam a cidade, se desenvolvendo a partir da margem esquerda da estrada onde funcionava a cerâmica chamada Rio do Ouro, produzindo manilhas, se constituindo no bairro limítrofe entre os municípios de Niterói e São Gonçalo. (BRAGA, 2006).

A exigência sobre nível de escolaridade para este setor que compreende o Arco de Ocupação de confecção e vestuário, também, não foi enunciada nas fontes considerados os dados coletados. É igualmente relevante analisarmos que este setor de confecção e vestuário tem sido o principal alvo de denúncias sobre a exploração do trabalho análogo à escravidão. No entanto, faltam estudos sobre registros oficiais de denúncias que expressem e qualifiquem melhor sobre esta situação no município de São Gonçalo. Nossa hipótese é de que por não existir ou, ainda, ser embrionária a organização sindical deste setor no município, esta situação tem contribuído para a expropriação dos direitos sociais e proteção da força de trabalho dos trabalhadores

**Figura 03** – Distribuição do número de vagas de empregos na construção civil - seção D007



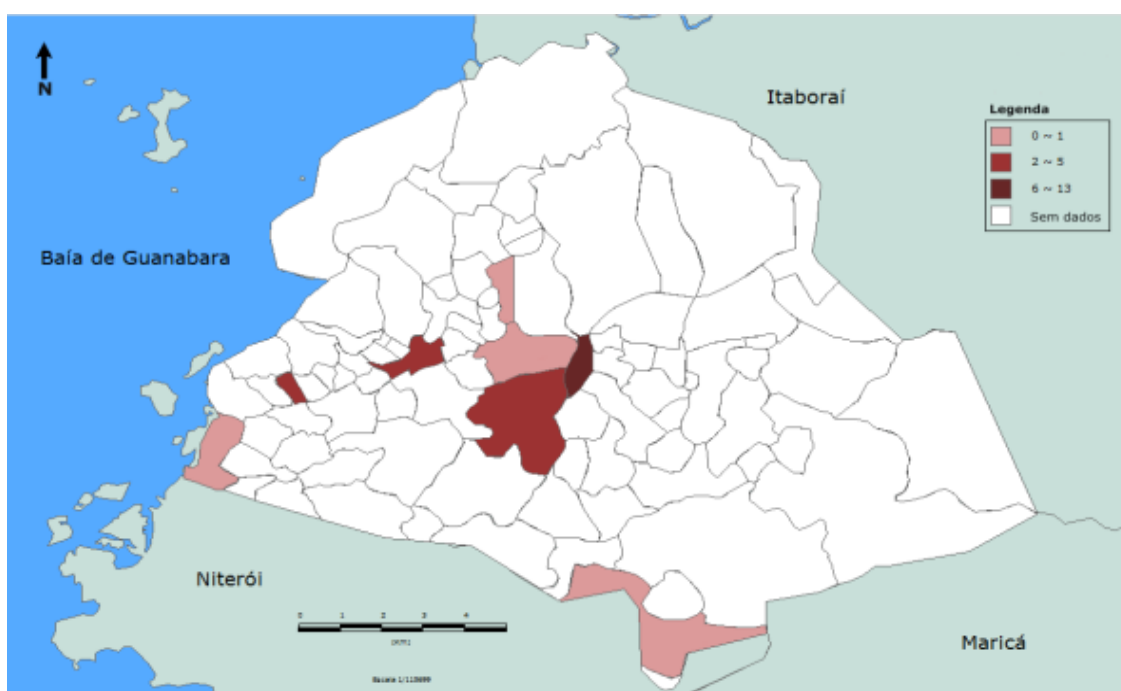
Na construção civil, as oito funções que se despontaram foram as de pedreiro, carpinteiro, encarregado de obras, eletricista, marceneiro, mestre de obras e pintor. Aproximadamente 48% das vagas para construção civil não exigiam experiência; 38% precisavam de profissionais experientes, enquanto os demais 14% demandavam empregados que tivessem disponibilidade para trabalhar em horário noturno e realizar viagens. A Figura 04 apresenta graficamente as vagas existentes para atividade profissional em serviços de escritório. Foram 43 vagas distribuídas majoritariamente nos bairros de Alcântara, Paraíso, Centro, Colubandê, respectivamente com 13, 2, 2 e 2 anúncios de emprego.

Assim como muitos bairros do município foram surgindo por ocupações de trabalhadores em função do loteamento de antigas fazendas, sítios ou chácaras, o bairro do Paraíso foi um desses primeiros empreendimentos realizado por Jaime dos Santos Figueiredo, um dos principais políticos do município nas décadas de 1960/1970. (BRAGA, 2006). Trata-se de um bairro no qual se localiza o campus da UERJ/ Faculdade de Formação de Professores, diversas instituições bancárias, escolas públicas e escolas da rede privada de ensino e uma gama de estabelecimentos comerciais. O Centro da cidade consiste no núcleo do município, a sede da Prefeitura, Shopping

Center, bancos públicos e privados, diversos escritórios, supermercados, lojas de eletrodomésticos e de roupas.

Diante desse dinamismo econômico dos bairros, os postos que se despontavam eram os de: assistente pessoal, assistente fiscal, recepcionista, auxiliar escritório, atendente, auxiliar administrativo e auxiliar contabilidade, sendo 60% das vagas estabeleciam que os trabalhadores tivessem conhecimento provado, ou seja, escolaridade mínima de ensino fundamental ou médio concluído. Ressalta-se que 70% dos anúncios não explicitaram a forma de pagamento ou qualquer outro indício de relação de trabalho, o que expressa a fragilidade do vínculo de emprego aos quais poderiam os trabalhadores estar submetidos. Apenas 16% colocaram os valores das remunerações, com a média salarial de R\$800,00 (oitocentos reais).

**Figura 04** – Distribuição do número de vagas de empregos no escritório - seção D013



Já na Figura 05, os anúncios relativos aos empregos na indústria são ressaltados nos bairros de Neves, Rio do Ouro, Marambaia, Galo Branco e Porto do Rosa, bairros os quais foram os que mais requisitaram profissionais para o preenchimento de vagas neste setor econômico. Faz-se necessário rememorarmos que, até metade do século passado, São Gonçalo se destacava como um dos mais importantes distritos industriais do antigo estado do Rio de Janeiro, cujo processo de industrialização ocorreu no que a literatura econômica designa como “industrialização

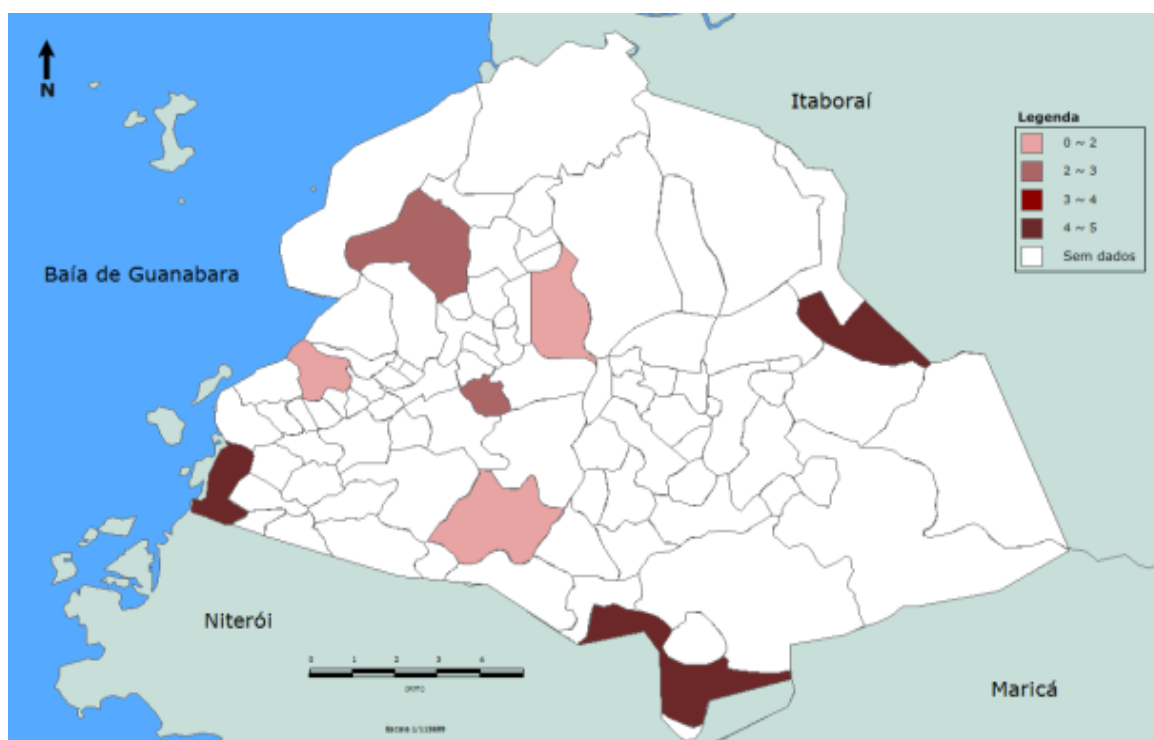
espontânea”. Ou seja, industrialização sustentada em base de caráter privado com incentivos governamentais restritas às isenções fiscais.

Tais incentivos culminaram na estruturação de um notável parque industrial que deu destaque ao município, tendo recebido, à época, a alcunha de “Manchester Fluminense”, em comparação à cidade industrial inglesa. Esta exuberância econômica, não logrou sustentar-se por muito tempo, sendo analisado por Araújo (2014) que, em um contexto de ação deliberado por parte do estado brasileiro em promover a industrialização nos anos de 1940, a opção por municípios que abrigariam as plantas industriais foi determinante para orientar o desenvolvimento industrial fluminense.

Como esclarece o autor, São Gonçalo não foi uma opção para os esforços estatais, dando início à precarização da infraestrutura e o lento reaparelhamento requerido pela dinâmica do desenvolvimento industrial. É interessante destacarmos que as principais indústrias locais em São Gonçalo, como a Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas, a Eletroquímica Fluminense, a Fiat Lux e a Companhia Nacional de Cimentos Portland não tinham suas respectivas sedes baseadas no município, mas no antigo Estado da Guanabara e formavam a Federação das Indústrias do Estado da Guanabara.

A par disto, a redução dos incentivos fiscais promove as retiradas de importantes indústrias no município de São Gonçalo para outros atraídos por vantagens fiscais. A par deste breve inventário, a Figura 05 ilustra a distribuição de vagas de empregos industriais no período da pesquisa.

**Figura 05** – Distribuição do número de vagas de empregos na indústria



Considerando esta representação disposta na Figura 05, vale voltarmos à Marx (idem, 2002) em suas análises sobre as formas de acumulação do capital relativamente ao seu estágio intensivo. Com Marx compreendemos que a taxa de acumulação primitiva excedente é limitada ao aumento de produtividade do trabalho, em outras palavras, do avanço técnico. Atingidos tais limites, o estágio ulterior se caracteriza num regime de acumulação intensiva, ou seja, a aceleração técnica que, no contexto de análise do filósofo da práxis, eclodiria na revolução industrial sendo a Inglaterra a primeira nação a realizar a transformação deste novo estágio de acumulação.

Sem avançar no estágio de acumulação intensiva e, concomitante, com outros pólos de realização da intensificação do excedente de trabalho, tais como os atuais municípios de Niterói e Rio de Janeiro, por serem, antes da fusão de 1974, respectivamente, capital de estados, o estado da Guanabara e o estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo vai se consolidando na região como lugar de acumulação primitiva, cujo excedente de mão de obra, ou seja, os trabalhadores realizam o movimento pendular, de ida e vinda entre esta cidade e os demais municípios vizinhos com economias diversificadas de setores de produção.

A penúltima seção dos classificados do jornal “O Fluminense” reunia informações sobre as vagas para quem possuísse nível superior. De acordo com a Figura

06, os bairros com maior quantitativo de anúncios eram em Alcântara, com 17 anúncios; 4 anúncios em Santa Luzia; 3 anúncios em Mutondo e 2 anúncios em Jardim Miriambi.

As funções mais requisitadas de dentista, professor, médico, especialista requisitavam profissionais experientes. Porém, para 18% dos anunciantes não havia necessidade de prática profissional. Como majoritariamente as vagas eram para Alcântara, 13% dos anúncios pediam pessoas que residissem no mesmo bairro.

Diferentemente da Figura 01 que, graficamente representa, um perfil mais “continental”, ou melhor, mais expandido dos empregos anunciados, a Figura 06 pode ser descrita como insular, ou seja, pequenas ilhas de empregos com perfil de escolaridade de nível superior e de referência a maiores salários.

**Figura 06** – Distribuição do número de vagas de empregos para o nível superior - Seção D010



A representação da distribuição do mercado de trabalho no espaço social gonçalense, por estes dois extremos cartografados, aproxima-nos de Gramsci (2000) ao assinalar que “todos os homens são intelectuais” haja vista que em todas as atividades, nas quais os homens e as mulheres empregam suas energias físicas e mentais, das mais simples ou mecanizadas até às mais sofisticadas, está presente a dimensão intelectual humana, criativa e criadora. Assim, o que deve ser ressaltado e criticado é o critério que confere distinção entre trabalhador manual e trabalhador intelectual, ou seja, deve-se



buscar essa distinção no conjunto do sistema de relações sociais produtivas e nas condições determinadas de trabalho como sedes desta distinção.

Sob a ótica das relações sociais de produção, compreende-se que as diversas categorias de intelectuais são formadas segundo os processos históricos determinados pela produção econômica. São Gonçalo pode ser um exemplo que evoca esta ideia, ou seja, os trabalhadores do setor de serviços, construção civil, vestuário grupo social com perfil de pouca escolarização ancoraria uma formação compatível com o nível de educação fundamental, ou como pudemos analisar, ainda, na Figura 01, nenhuma escolarização comprovada, favorecendo o câmbio entre força de trabalho e salários baixos.

O esforço em realizar esta cartografia reflete e refrata uma realidade concreta na qual escolarização de jovens e adultos, na perspectiva da qualificação profissional, é parte de uma totalidade que dinamiza o capitalismo dependente e periférico no Brasil, sendo este definido como uma forma particular ao qual Florestan Fernandes (1975, p. 26) define como “uma situação específica” do capitalismo constituída para “operar estrutural e dinamicamente”. Trata-se de “uma variante do capitalismo” que não se realizou ou se realiza da mesma forma em relação a outras sociedades ocidentais “não se espalhou como as águas de um rio que transborda. Ao saltar suas fronteiras, ela se corrompeu e por vezes se enriqueceu, convertendo-se em uma variante do que deveria ser, à luz dos modelos originais

### **Considerações finais**

Neste texto, buscamos analisar possíveis repercussões do Projovem Urbano no que diz respeito a dois principais e inter-relacionados objetivos: o de escolarizar e promover, em decorrência desta, a inserção de jovens pobres no mercado de trabalho no município estudado. O levantamento sistemático de anúncios em jornal de circulação na região do leste metropolitano possibilitou-nos construir uma cartografia laboral no município estudado, mostrando, através desta cartografia, que o mercado de trabalho está fundado na dinâmica do processo histórico de formação econômica do lugar, levando a efeito a regulação da força de trabalho em seus desenlaces com o direito à educação formal.

Os mapas confeccionados mostram a relação entre empregos que exigem menor e maior escolarização sendo observado e analisado que os empregos com menor expectativa de escolarização são os que mais se espraiam no lugar e materializam a realidade concreta na qual o PJU pode ser, também, analisado na perspectiva do direito à educação em que a defesa da escola básica para todos aparece como o móvel abstrato para a empregabilidade.

Sob condições diversas e desiguais, jovens e adultos jovens que interromperam ou nunca iniciaram o seu percurso escolar nos inquirim a (re)desenhar uma cartografia para além da teoria do capital humano, uma cartografia em que o lugar seja o que Santos (1999) compreende como “o exercício da dialética, das contradições entre o vertical e o horizontal o Estado e o mercado”. Por isso mesmo, os esforços em dar prosseguimento a pesquisa, atualizando os dados e realizar a sua exposição em linguagem cartográfica nos permite interrogar a realidade na concretude da reprodução da vida para jovens e jovens adultos na produção da vida no espaço social estudado.

### **Referências Bibliográficas**

ACÇÃO EDUCATIVA. Educação de Jovens e Adultos: insumos, processos e resultados. Relatório de Pesquisa. São Paulo, 2013. Disponível em <http://acaoeducativa.org.br/blog/publicacoes/educacao-de-jovens-e-adultos-insumos-processos-resultados/>. Acesso em: 10 de jun. 2016.

ARAÚJO, V. L.; MELO, H.P. O processo de esvaziamento industrial em São Gonçalo no século XX: auge e declínio da “Manchester Fluminense”. *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 4, mai. 2014. Disponível em: [www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf/article/download/11532/9081](http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf/article/download/11532/9081). Acesso em: 10 mai. 2014.

BRAGA, M. N. C. *O município de São Gonçalo e sua história*. Niterói: Edição Independente, 2006.

BRASIL. *Lei nº 11.692*, de 10 de junho de 2008.

BRASIL. *Lei nº 11.129*, de 30 de junho de 2005.

CAGED. *As 20 profissões que mais admitiram profissionais no período de referência de novembro/2010 a outubro/2011 no município de São Gonçalo/RJ*. Disponível em: <http://carep.mte.gov.br/geral/estatisticas.asp?viewarea=caged>. Acesso em: 1 dez. 2011.

- Di PIERRO, M. C ANDRADE, E.; ESTEVES, L.; OLIVEIRA, E. Composição social e percursos escolares dos sujeitos do ProJovem: novos/velhos desafios para o campo da educação de jovens e adultos. In. Em Aberto, v. 82, p. 73-89, 2009. Disponível em <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2243/2210>. Acesso em: jun. de 2016.
- Di PIERRO, M. C; O JOIA e RIBEIRO, V. Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. In. *Cadernos Cedes*, ano XXI, nº 55, novembro/2001
- DRAIBE, S. M. As Políticas sociais e o Neoliberalismo. *Revista USP: Dossiê. Liberalismo/Neoliberalismo*, São Paulo, n. 17, p. 86-101, 1993
- FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- IBGE. *Produto Interno Bruto dos Municípios 2004-2008*. Contas nacionais nº 33. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/home/estatística/.../pibmunic2004\\_2008.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatística/.../pibmunic2004_2008.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2011.
- IBGE. *Censo Demográfico 2000 do Município de São Gonçalo/RJ*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 12 dez. 2011.
- JORNAL O FLUMINENSE, Rio de Janeiro, *Classificados de Empregos*, Seção D. 31 jul. 2011, RJ.
- JORNAL O FLUMINENSE, Rio de Janeiro. *Classificados de Empregos*, Seção D010 – novembro/2010 a novembro/2011.
- JORNAL O FLUMINENSE, Rio de Janeiro. *Classificados de Empregos*, Seção D004 – novembro/2010 a novembro/2011.
- JORNAL O FLUMINENSE: Rio de Janeiro. *Classificados de Empregos*, Seção D007 – novembro/2010 a novembro/2011.
- LEFEBVRE, H. A Re-produção das relações de produção. (tradução da 1ª parte de La survie du capitalisme). Porto, Edições Escorpião, 1973.
- LEHER R. *Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: o papel do banco Mundial na Educação*. Doutorado em Educação. São Paulo, USP, 1998.
- MARX, K. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

POCHMANN, Marcio. *A década dos mitos: O novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.

SANTOS, M. O território e o saber local: Algumas categorias de análise. In: *Cadernos IPPUR*. Rio de Janeiro, 1999. Ano XIII, nº 2.